comunicações

A DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNICAÇÕES ANO 6º – Nº 40 – JAN/FEV 1992 – 600$00



Novos actores nas Telecomunicações portuguesas

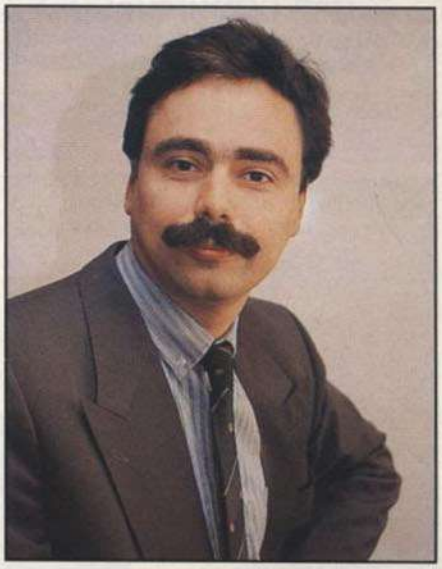


EM LINHA COM O FUTURO

A Empresa responsável pelas Telecomunicações de Lisboa e Porto, centros económicos mais importantes do país, consciente da rectidão da sua linha de actuação e posição cimeira na área das Telecomunicações, desenvolve a sua linha de apoio a um mercado diversificado e exigente através dos serviços: Telecópia, Telemóvel, Paging, Credifone, Número Verde, RDIS, etc.
Traçando linhas de apoio a um mercado em expansão, numa óptica de crescimento, tem em linha de conta que os anos 90 exigem estar em linha com o futuro.

Telefones de Lisboa e Porto, SA

Mercado procura-se Modelo precisa-se



Engº. José Manuel Graça Bau

1992 - Em concorrência

O ano de 1992 irá marcar uma mudança drástica no panorama das Telecomunicações portuguesas.

A variável-chave da mudança é, afinal, a tão falada e agora concretizada concorrência.

Concorrência, para já, nos serviços complementares e de valor acrescentado, isto é, concorrência numa "tranche" de negócio que valerá, no primeiro ano, entre 3% e 5%, dependendo do que vier a acontecer na área dos dados.

Talvez o primeiro comentário seja o de que, afinal, estamos a falar de negócios marginais.

Engano. Uma análise mais profunda demonstrará que estamos a falar de negócios que duplicam em cada ano e que irão, rapidamente, transformados em autênticos concorrentes de serviços de cariz empresarial, até agora suportados exclusivamente nas redes básicas.

Os novos negócios

Sem especular na área da comunicação de dados, em que tudo está em aberto, parece claro que a grande frente de batalha se vai situar à volta do Telemóvel, e aí, sim, assistiremos ao grande *derby*.

A experiência das tradicionais empresas (CTT+TLP+CPRM), desenvolvendo-se em novas formas empresariais, o *output* de um conhecimento e de uma competência consolidados ao longo dos anos no mercado português, contra o fôlego de quem tem a internacionalização, o hábito da concorrência, a vontade de entrar na coqueluche dos novos negócios – as Telecomunicações. Quem vai ganhar hoje? E amanhã?

Na "divisão de honra" jogam-se partidas de *"paging"* num negócio que diremos muito dividido.

Não se sabe em que divisão, o mercado o dirá, encontram-se os operadores de vi-deotex, audiotex e EDI *(Electronic Data Interchange)*, nesta fase ainda tímidos e à procura de espaço de intervenção.

A face clara da concorrência está de algum modo explicitada nos pontos anteriores, enquanto a face oculta está para surgir a partir da confusão gerada pela dificuldade em distinguir os dados, da voz, pois a voz está codificada em formato de dados nos novos desenvolvimentos tecnológicos (RDIS) e por tudo o que isto permitirá em termos de interpretação ou mesmo de evolução da legislação.

As redes globais de âmbito nacional e multinacional (baseadas em conceitos de IN/VPN) serão também uma nova aposta preparada para atacar o lucrativo negócio internacional de, pelo menos em Portugal, "deveria", ainda por alguns dos, alimentar o desenvolvimento rural.

O mercado

Dentro das referências anteriormente expressas o mercado português irá ser "trabalhado" num quadro concorrencial mais do que europeu, diremos mesmo de "Europa avançada", não tendo para já a dimensão nem as características de nenhum outro mercado regional.

A aposta nos sectores em concorrência é obviamente forte e vão jogar-se grandes investimentos à espera de que o mercado dê a volta por cima.

Haverá mercado para 100 mil telefones móveis em 1992? Mais do que tem a Espanha! O que sabemos é que, de certeza, haverá uma oferta adequada a este tipo de mercado.

Haverá mercado para quatro operadores de *paging*? O tempo e o mercado o dirão!

Naturalmente que os pequenos/médios negócios estão abandonados à sua capacidade de sobrevivência. Esperamos, no entanto, que não aconteçam demasiados traumatismos que possam, de algum modo, "vacinar" os novos investidores e prejudicar, no médio prazo, o ambiente de concorrência naturalmente ambicionado pelo mercado.

O papel das redes básicas

A qualidade da oferta dos serviços de rede básica é ponto fundamental de sobrevivência dos serviços complementares e de valor acrescentado e respectivos operadores.

Todo o cliente "paga portagem" na rede básica, pois qualquer comunicação tem passagem obrigatória por esta infra-estrutura, uma vez que o terminal está ligado à rede básica ou a comunicação que se faz destina-se à rede básica.

É preciso garantir uma oferta imediata de circuitos para os operadores complementares ou de valor acrescentado e para os seus clientes.

É preciso assegurar padrões de qualidade de acesso e garantir a adequação tecnológica da rede básica às necessidades dos serviços avançados.

É, assim, necessário garantir o reforço do investimento nas redes básicas, de modo a assegurar a sua integração qualitativa na Europa até 1993 e a integração quantitativa no mais curto prazo realisticamente possível, isto é, até 1995.

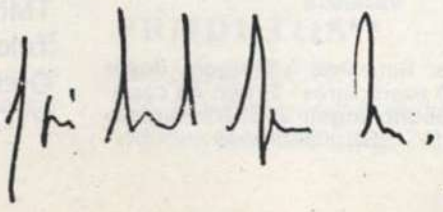
Opção por um modelo

Concursos e concorrência à parte, o que se joga hoje, com importância decisiva, em Portugal, é o modelo das Telecomunicações.

Vamos criar um grande espaço de "cabeça portuguesa", sem complexos de dominância ou de excessiva capacidade, que será sempre pouca face à Concorrência internacional?

Vamos "jumbizar" na óptica do grande espaço de intervenção global e de qualidade ou vamos "carcavelizar" na óptica do feirante de oportunidade de ocasião?

A história das empresas e da economia já nos ensinou bastante! ■



REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNICAÇÕES

Rua Tomás Ribeiro, 41-8º andar
1000 LISBOA
Telefones 01-520419; 520295; 542106
Telecópia 01-3554075

Director
Engº. José Graça Bau
Directores-Adjuntos
Engª. Teresa Abecasis
Engº. Sérgio Gomes
Chefe de Redacção
Fonseca Bastos
Redactores
Victor Ribeiro Ferreira
Drª. Irene Antunes
Fotografia
Eduardo Baião
Secretária de Redacção
Laura Maria Silva
Revisão
José António Almeida
Serviços Comerciais
Drª. Isabel Alexandra Silva
Colaboradores permanentes
Dr. Silva Gomes (Direito)
Alberto Oliveira e Sousa (Filatelia)
Dr. Maurício Levy (Informática)
Engº. Egas Pinto Basto (Tecnologia)
Conselho Editorial
Prof. Borges de Almeida (Univ. Minho)
Prof. Jorge Alves (Univ. Aveiro)
Prof. Pimenta Alves (Univ. Porto-Engª.)
Prof. Manuel Barros (Univ. Porto-Ciências)
Engº. Egas Pinto Basto (CET/Telecom)
Engº. Joaquim Castilho (Siemens)
Prof. Alexandre Cerveira (Univ. Nova Lisboa)
Engº. Magalhães Crespo (R. Renascença)
Engº. Franco Dias (RTP)
Prof. Lourenço Fernandes (INESC)
Prof. Dias Figueiredo (Univ. Coimbra)
Prof. Steiger Garção (Univ. Nova Lisboa)
Engº. Sérgio Gomes (CPRM-Marconi)
Prof. Diogo de Lucena (Univ. Nova Lisboa)
Engº. Matos Correia (Alcatel Portugal)
João Monteiro (CTT-PostExpresso)
Engº. Almeida Mota (TLP)
Prof. Lopes da Silva (Univ. Nova Lisboa)
Engº. Luís Vasconcelos (Centrel)

★★★

Produção
Paginação electrónica
no sector informático da APDC;
selecção de cor, impressão
e encadernação de Seletexto, Ldª.

Patrocinadores
Cabelte
CPRM-Marconi
Datec
Digital Equipment
Efacec
Ensitel
Ericsson
Geada & Babo, Ldª
Omnitécnica
Ondex
Pacto Portuguesa
PTC
Sistel
TDC
Telecom Portugal
Telemensagem
Telepac
TLP
TMN
Visabeira

★★★

Periodicidade: Bimestral - **Tiragem deste número:** 7000 exemplares - **Preço de capa:** 600$00 - **Depósito legal:** 2028/83-**Registo internacional:** ISSN 0870-4449

comunicações

SUMÁRIO

FACTOS E PERSPECTIVAS

As novidades do bimestre, com destaque para os investimentos em I&D das empresas de Telecomunicações, a internacionalização do postal "RSF" dos Correios e o contrato da CP com a Alcatel para o fornecimento de moderno equipamento de sinalização **(págs. 6 a 12)**.

A nossa capa

Como muitos leitores terão reconhecido, a imagem da capa desta edição foi captada na sala do Teatro Nacional de S. Carlos, em Lisboa, por gentil deferência da respectiva administração, a cujo presidente, Dr. Manuel Frexes, bem como ao director de Produção, Sr. Manuel Pereira Bastos, muito especialmente agradecemos as facilidades concedidas para a sua realização.

CADERNO ESPECIAL

As Telecomunicações portuguesas estão numa época de mudanças. Novos operadores, privados e participados pelos "grandes" das Telecomunicações, chegam ao mercado, oferecendo novos serviços, de negócios e privados.

As expectativas de uns e outros constituem o caderno especial desta edição de COMUNICAÇÕES, dedicado aos novos "actores".

Após uma resenha do essencial do processo de abertura à concorrência no sector **(págs. 14 a 17)**, cada um dos novos operadores faz a sua própria apresentação. Marconi SVA **(pág. 19)**; Sevatel **(pág. 21)**; Telecel **(pág. 25)**; TMN **(pág. 27)**; Contactel **(pág. 29)**; Telechamada **(pág. 31)**; Telemensagem **(pág. 33)**; Telepaging **(pág. 35)** e grupo Interfina **(pág. 37)**.

O caderno finaliza com um artigo de opinião **(pág. 43)** do eng.º Fernando Mendes, presidente do Instituto das Comunicações de Portugal, entidade que tem estado no eixo do processo de abertura à concorrência das Telecomunicações portuguesas.

COOPERAÇÃO

Abordamos neste capítulo a presença portuguesa na VIII Feira Internacional de Luanda (Filda), numa reportagem de Victor Ribeiro Ferreira que teve o patrocínio da Telecom Portugal e da Companhia Portuguesa Rádio Marconi **(págs. 45 a 51)**.

Em continuação, o Dr. Pereira da Silva aborda a disponibilidade dos CTT para a cooperação com os países africanos de expressão portuguesa **(págs. 52 a 54)**.

ENTREVISTA

O presidente dos CTT, eng.º Silva Marques, expõe os seus pontos de vista

ÍNDICE DE ANUNCIANTES

TLP	pág. 2	Ensitel	pág. 30
TDC	pág. 7	Sistel	pág. 32
Datec	pág. 9	Telecom Portugal	págs. 34 e 76
Ericsson	pág. 11	CPRM-Marconi	págs. 39 a 42 e 47
Elotécnico	pág. 13	Siemens	pág. 44
Omnitécnica	pág. 16	CTT	pág. 49
ICP	págs. 18 e 36	Cabelte	pág. 53
Telemon	pág. 20	Visabeira	pág. 57
TMN	pág. 22	Geada & Babo	pág. 60
Telemensagem	pág. 24	Efacec	pág. 66
Ondex	pág. 26	Digital Equipment	pág. 70
PTC	pág. 28	Pacto Portuguesa	pág. 72
		Telepac	pág. 75

no 6º
.º 40
ANEIRO/FEVEREIRO 1992
00$00

Valor da assinatura anual para as edições normais e especiais: Continente-4100$00; Regiões Autónomas (via aérea)-4550$00; Espanha-5800$00; Outros países europeus-6200$00; Macau-6200$00; Países africanos de expressão portuguesa-6200$00; países extra-europeus-7300$00

Os artigos assinados são da responsabilidade dos autores e não significam, necessariamente, a opinião da APDC ou da revista. Títulos, subtítulos, entradas, destaques e notas curriculares são da responsabilidade da Redacção. ***É livre a reprodução de artigos não assinados publicados por COMUNICAÇÕES desde que citada a sua origem.***

cerca do futuro da(s) empresa (s) que irige e do sector das comunicações,



um momento de alguma efervescência o sector **(págs. 55 a 62)**.

Em complemento apresentamos também as mais recentes decisões governamentais no sector, tais como a criação da *holding* das comunicações e a transformação dos CTT em sociedade anónima (pág. **62).**



VIDA DA ASSOCIAÇÃO

Secção habitual nas nossas edições e espaço privilegiado de informação acerca das actividades da APDC, abre desta vez com a entrevista ao presidente do 4º Congresso Português das Comunicações, Prof. José Tribolet **(págs. 63 a 65)**. O congresso terá lugar no próximo mês de Novembro. Apresentamos também uma desenvolvida reportagem acerca do mais recente jantar-debate organizado pela nossa associação, que teve como convidado de honra Dr. António Carrapatoso, alto responsável do novo operador



público da rede móvel GSM, Telecel **(págs. 67 e 68)**.

Anunciamos ainda o prémio INESC **(pág. 68)** e mais uma reportagem, esta dedicada ao segundo torneio de golfe da APDC, que teve lugar na Quinta do Lago, no Algarve **(págs. 69 a 73)**.

PRODUTOS E SERVIÇOS

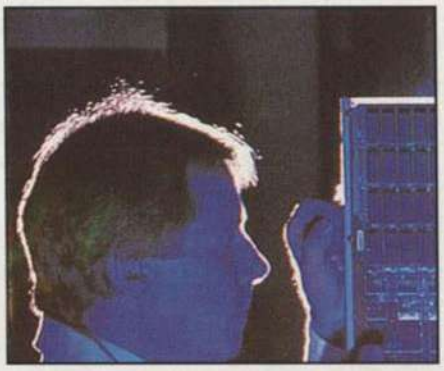
A habitual secção dedicada às novidades técnicas **(pág. 74).**

Telecomunicações em Braga

Esta edição inclui um suplemento de 16 páginas dedicado a área de Telecomunicações de Braga (recém-reorganizada), patrocinado pela Telecom Portugal, focando a reestruturação empreendida nesta direcção regional, a modernização da sua rede e ampliação dos serviços avançados disponíveis.

Na próxima edição

RDIS em Portugal



Assinalando a fase-piloto da Rede Digital portuguesa com Integração de Serviços, COMUNICAÇÕES dedicará ao tema o caderno especial da edição de Março/Abril.

Contamos poder apresentar os serviços disponibilizados pelos operadores, o ponto de vista de alguns grandes e potenciais clientes e fornecedores, um ponto de situação acerca de projectos nacionais no campo da investigação e desenvolvimento e um produto nacional muito recente. Falaremos também do programa comunitário "Télématique", com aplicação específica neste campo, e do futuro da RDIS, em banda larga. Com a colaboração de algumas empresas do sector apresentaremos, ainda, alguns produtos disponíveis no País. ■

Empresas de Telecomunicações investem mais em I&D

Segundo dados da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), as empresas de Telecomunicações – indústria e operadores – assumem papel importante no investimento em I&D no conjunto nacional. Os dados disponíveis, relativos a 1988, registam uma despesa das empresas avaliada em 7,35 milhões de contos, equivalentes a 24,6% da despesa total em I&D realizada no País.

Os CTT (461,4 mil contos) e a CPRM–Marconi (198 mil contos) figuram em quarto e quinto lugar entre as dez empresas com maior investimento, sendo em conjunto responsáveis por nove por cento do total nacional. Efacec, EID e Sistel – três empresas de electrónica e sistemas com significativa actividade nas Telecomunicações – estão, respectivamente, em primeiro, segundo e sexto lugares na lista dos dez mais. A soma dos investimentos em I&D da indústria e dos operadores referidos atinge os 30% da despesa em I&D efectuada pelas empresas em todo o País naquele ano.

No cômputo global poderá dizer-se que no sector das Telecomunicações o papel das empresas na I&D é uma componente decisiva, enquanto na generalidade do País a investigação empresarial é subsidiária da realizada pelo Estado ou com apoio estatal, representando apenas um quarto da despesa total.

No conjunto dos estados que integram a CEE e a EFTA, a percentagem das empresas portuguesas em I&D (24,6%) surgia, no ano de 1988, em penúltimo lugar, antes da Islândia (16,1%) e depois da Grécia (28,2%). ■

Empresas que mais investiram em I&D em 1988	Despesa (milhares de contos)
1 - Efacec–Emp. Fab. Máquinas Eléctricas, SA	674,2
2 - EID–Emp. Investigação Desenv. Electrónica, SA	660,0
3 - EDP–Electricidade de Portugal, SA	564,4
4 - CTT–Correios e Telecomunicações de Portugal, EP	461,5
5 - CPRM–Comp. Portuguesa Rádio Marconi, SA	198,0
6 - Sistel–Comunicações, Automação e Sistemas, SA	195,0
7 - Cipam–Comp. Indust. de Produtos Antibióticos, SA	192,3
8 - Celbi–Celulose da Beira Industrial, SA	162,5
9 - Grundig–Electrónica Portugal, Ldª.	160,7
10 - Hovione–Sociedade Química, SA	149,5
Total da despesa das empresas	**7351,0**



Programa "Stride" concede 12 milhões a Portugal

Em vigor desde Fevereiro de 1991, o programa operacional europeu "Stride" (Ciência e Tecnologia para a Inovação e Desenvolvimento Regional na Europa) para Portugal estará em vigor até Dezembro de 1993. Concederá financiamentos de cerca de doze milhões de contos, 70% dos quais obtidos através da Comunidade Europeia, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (Feder).

O objectivo nacional do programa é o reforço do sistema científico e tecnológico nacional, contribuindo para a sua internacionalização, fomentando a capacidade tecnológica das empresas e apoiando a instalação de dois parques de ciência e tecnologia. A autoridade nacional responsável pela execução do programa é a Comissão Nacional do "Stride".

Para alcançar os objectivos pretendidos, foi definido um conjunto de medidas e fixados os montantes de financiamento reservado a cada uma delas. Assim, dez milhões de ECU (MECU)* serão atribuídos à medida A (Participação em programas científicos e tecnológicos internacionais) e que se destinam a intensificar a participação de Portugal em organizações, programas e redes científicas europeias e internacionais e a criar relações mais sólidas entre as instituições de I&D do País e as suas congéneres estrangeiras.

A medida B, dotada de cinco MECU, denomina-se "Internacionalização científica e tecnológica para o desenvolvimento equilibrado" e com ela procura-se apoiar a I&D nas regiões nacionais em domínios científicos e tecnológicos nas quais se disponha de vantagens comparativas, de forma a que sejam reforçados laços internacionais e se adquira projecção europeia.

A medida C, (Agência de inovação), é fechada, ao contrário das restantes, que são abertas a participantes que se candidatem por concurso público. Trata-se de uma medida transferida do âmbito do programa "Ciência", facto que teve como consequência algumas alterações pertinentes introduzidas no mesmo e já publicadas. São mais 20 MECU a aplicar num centro que promova e estimule a inovação empresarial a partir de projectos de I&D, desenvolva transferência de tecnologia e difunda novas tecnologias no tecido produtivo.

Os dez MECU votados à medida E (Investigação em consórcio para desenvolvimento e endogeneização de tecnologias) vão permitir apoiar a preparação de instituições nacionais no programa-quadro de I&D da CEE, estimular a formação de consórcios de I&D que desenvolvam ou absorvam tecnologias que contribuam para a modernização do tecido tecnológico português.

A medida F (Parques de ciência e tecnologia - Reforço dos Campus de I&D), é a mais importante e foi dotada de 25 MECU, sendo aplicada com medida afim do programa "Ciência". Trata-se de criar e lançar, a nível europeu e internacional, dois parques industriais em Lisboa e Porto, que integrem *campus* de I&D. Neles se pretende congregar as instituições de I&D que recebam apoio de programas no âmbito do quadro comunitário de apoio a Portugal e empresas nacionais ou estrangeiras, de indústrias ou serviços, em áreas afins à I&D

(continua na pág. 6)